

TRIBUNA DA CIDADE

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

Orçamento da Saúde é problema

Neste primeiro ano de trabalho, o governo Cristovam Buarque terá de adequar a execução de suas propostas de campanha ao orçamento deixado pelo ex-governador Joaquim Roriz. Um verdadeiro exercício de criatividade deverá ser feito para que as metas sejam cumpridas, principalmente as de interesse imediato da população.

Especificamente para a área de saúde, onde os problemas agravam-se a cada dia, foram destinados R\$ 850 milhões. Destes recursos, 75% serão gastos com o pagamento dos servidores. Sobram portanto, para investimentos, apenas R\$ 26,5 milhões.

É pouco, muito pouco, para viabilizar as ações necessárias à melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde. Quase todas as unidades da Fundação Hospitalar precisam ser dotadas de um número maior de ambulâncias. Faltam equipamentos, dos mais básicos aos mais complexos. Em alguns lugares eles até foram adquiridos, mas não funcionam por causa de manutenção. As prateleiras das farmácias da FHDF invariavelmente continuam vazias, aumentando ainda mais o sofrimento dos pacientes privados de recursos financeiros para fazer frente a tais despesas. O quadro de servidores está defasado. Em igual situação estão os salários, criando um clima de desestímulo, ao mesmo tempo em que transforma esses trabalhadores em verdadeiros heróis do cotidiano, obrigados a adotar soluções criativas para que a população não fique sem atendimento.

Este quadro parece não ter sido considerado pela ex-direção da Secretaria de Saúde ao elaborar o orçamento para 1995.

Em primeiro lugar, o Conselho de Saúde do DF — instalado em 1993 e responsável pela formulação da política de saúde para o DF — não foi ouvido



"O Conselho de Saúde não foi ouvido pela secretaria quando da elaboração do Orçamento"

pela Secretaria de Saúde quando da elaboração do orçamento. O Conselho de Saúde aponta outros aspectos do orçamento que precisariam ter passado por uma discussão aprofundada:

- 1) não foram explicitados pela SES os critérios adotados para a realização da proposta orçamentária;
- 2) as metas relativas a consultas ambulatoriais estão distantes de serem alcançadas;
- 3) na área de atendimento odontológico, a situação é bastante grave, pois atingiu-se apenas 12,5% da meta estimada;
- 4) apesar disso, a secretaria propõe a construção de novas unidades de saúde, sem justificar a necessidade delas;
- 5) o ex-secretário registrou o número de leitos existentes no DF, mas não informou o percentual de leitos desativados nem por que não estão em pleno funcionamento.

Sem o esclarecimento destas dúvidas, permanece a interrogação quanto à verdadeira necessidade da construção de novas unidades hospitalares.

6) também não foram apresentadas pela secretaria as justificativas para as reformas de ampliação sugeridas.

O Conselho de Saúde do DF alerta também para o fato de que não foi formulado o Plano de Saúde, que objetiva direcionar a aplicação das verbas no setor, o que somente deverá ocorrer em junho próximo, durante a realização da III Conferência de Saúde do DF, já convocada.

O conselho pede, em seu relatório sobre o orçamento para 95, que o atual secretário de Saúde cumpra a Legislação em vigor, respeitando o Conselho de Saúde como órgão deliberativo e responsável pela política de saúde no DF, e que crie o Fundo de Saúde do DF, inclusive aumentando a participação do Executivo local no custeio das ações de saúde.

Estas são solicitações com as quais concordo, ressaltando que lutarei na Câmara Legislativa, para que sejam implementadas.

■ Maria José da Conceição, a Maninha, é deputada distrital pelo PT